

MIGUEL ESTEVES CARDOSO

AS 100 MELHORES CRÓNICAS



ALCATIFAS

Um dos grandes equívocos da segunda metade do século xx foi, sem dúvida alguma, a *alcatifa*.

As *alcatifas* são, sinteticamente, expansões lanudas da grande monotonia, e vulgaridade. Privam os pés de contactar directamente com a dura realidade do soalho, habituando o Homem a uma falsa impressão de onde pisa, criando nele o culto fútil e amaricado do «fofinho». Fomentam toda a espécie de mitos irrisórios («a cinza faz bem às alcatifas», «uma alcatifa é uma forma de poupar energia», etc.) e conduzem a certas práticas que nos hão-de envergonhar diante das gerações vindouras. (Você, caro leitor, a olhar compenetrado para o chão e a dizer sentenciosamente: «Esta *alcatifa* está a precisar de um *shampooing*»...)

Shampooing! Como todos os gerúndios anglo-saxónicos, cobre-se de ridículo na boca de um português. Outro gerúndio semelhantemente inane é aquele do *brushing* que se pronuncia em salões de *coiffure* como se se tratasse de um termo altamente técnico, aprendido durante um seminário restrito com Dusty Fleming: «Vamos avançar com um bocado de *brushing*, está bem?» (Tradução: «Vamos avançar com um bocado de *escovando*, está bem?») E a analogia capilar não acaba aqui.

As *alcatifas*, uma vez que começam a ratar e a agonizar, transformam qualquer mulher ou homem bem pensante num histérico estagiário de cabeleireiro. Existem até «pentes» de *alcatifa*, para catar migalhas de bolo, desembaraçar pêlos difíceis, fazer o risco ao meio e, de um modo geral, uma escusadíssima figura de parvo. Tal como as pessoas, tendem para a calvície precoce e trazem consigo panóplias de produtos especiais, parecidos com «Pantenes», destinados a aliviar o sofrimento do bicho e a angústia nervosa do senhor.

As *alcatifas* são quase sempre «ideias» de que as pessoas, mais tarde, amargamente se arrependem. Ao contrário do que acontece com os tapetes, não existe qualquer mercado interessante de *alcatifas* em segunda mão.

Hoje, felizmente, tem-se vindo a esboçar um movimento de reacção ao dogma da *alcatifa*. O regresso à clareza do tapete e do chão encerado é um dos mais encorajadores sinais de saúde mental dos últimos tempos. Pouco a pouco, as salas portuguesas irão deixando de parecer quartos de hotel. Têm-se arrancado do soalho já bastantes daquelas peles carcomidas e desbotadas que «absorvem as gorduras e os derrames» (entre outras práticas inigiénicas e discutíveis) com uma violência e um vigor que dão gosto ver. Posto o chão a claro, como Deus entendeu que havia de ser, abre-se uma lata de *Encerite*, arregaçam-se as calças ou as saias, e vai de aplicar uma boa camada de cera sobre a madeira sequiosa e honesta que grita porosamente, desesperadamente, por ela.

Desaparece imediatamente aquele cheiro um pouco podre de sala de conferência às sete da manhã, causa de tantas alergias e ligeiras náuseas inexplicáveis da nossa contemporaneidade. Com grande espanto, aprende-se que um soalho encerado — e não a «milagrosa» alcatifex — é ainda a melhor defesa contra as nódoas e a maldade inata das crianças que

gostam de empurrar plasticina e esparguete para dentro das fibras.

Põe-se-lhe um tapete em cima. Um tapete é uma coisa que se pode enrolar e pendurar e bater e vender e transportar. Tem sempre um formato sensato. Tem sempre a sua personalidade. Envelhece com elegância. Daqui a quinhentos anos, quantas *alcatifas* (mesmo persas) se hão-de ver nos antiquários especializados no século XX?

Por baixo de cada *alcatifa* — convençamo-nos — há um soalho sufocado que, com a maior das dignidades, grunhe e geme, implorando pela sua liberdade. A madeira não se fez para assim tão rudemente se tapar e asfixiar. Consente quando muito a dança deslizante de um tapete, porque consegue respirar cutaneamente, pelos cantos da sala. Que diferente é esta terna interacção da ganância dominadora das *alcatifas*, causadoras de histeria nas donas de casa se acaso fica «um bocadinho de fora», no «cantinho», onde estão os «preguinhos» que «até nem ficam mal, porque dão com a cor da *alcatifa*, não achas, querido?»

A reacção contra as *alcatifas* tem sido acompanhada por uma maior disposição, de parte da juventude, em não estar com problemas e complexos cada vez que urge um indivíduo ajoelhar-se com um pano na mão e pôr-se a dar cera como se não houvesse amanhã. Aprendem o que este rito, de comunhão com o chão que se pisa, tem de telúrico e de animicamente satisfatório. Encostam o ouvido ao soalho encerado, só pelo prazer de ouvi-lo zunir.

As *alcatifas* têm os dias contados nos lares sérios de Portugal. Ainda estaremos certamente todos vivos no dia, não muito distante, em que a mera menção da palavra *alcatifa* será suficiente para despoletar um rude alarde de troça e gargalhada. Estamos a sair da longa noite fascista do regime do

matte, das fotografias baças, dos filmes com demasiado grão, dos sapatos inengraxáveis e dos móveis de pinho sem verniz. O brilho e a cintilância ameaçam regressar. A *Encerite* aí está para os saudar.

1985¹

¹ As crónicas deste livro trazem o ano da publicação original na imprensa. Assinalaram-se com asterisco aquelas que não se puderam confirmar.

ALMOÇO

Em Portugal, o caso mais sério — e a cerimónia mais solene — é o *almoço*. Serão muito poucos os países em que se almoça tão bem e tão compenetradamente como cá. É à mesa, e na cozinha, que os portugueses realmente empreendem o épico da raça. Na preparação e no despacho da comida, trabalham mais depressa e bem do que em qualquer outro ramo de actividade.

Na História Portuguesa, os grandes acontecimentos assinalam-se através do sufixo *-ada*: a Abrilada, a Setembrada e, a mais empolgante de todas, a *Jantarada*. Tal como qualquer cruzada, ela serve para absorver a agressividade, a sexualidade e a afectividade. A agressividade com que dantes se partia para cascar em mouros e castelhanos é hoje substituída pela violência com que os portugueses se *batem* com umas lulas ou *atacam* uma chanfana de cabrito. Ao conseguir empachar uma travessa grotescamente cheia, ou dar cabo de um panelão inteiro, alcança-se entre nós uma sensação cristã de vitória.

Em matéria de afectividade, os portugueses guardam aos víveres uma ternura igual àquela que outros povos destinam ao Bambi. O português não chora tanto ao ver morrer a mãe do Bambi como choraria se ela estivesse estufada em vinho tinto com batatinhas a murro. Por muito estranho que pareça, a utilização dos diminutivos não goza de qualquer correspondência

com as dimensões do prato. Assim, «um belo peixinho» não é uma sardinha — é, pelo menos, um tamboril com três quilos. Um «arrozinho» deixa de ser um «mero arroz» só quando a capacidade da panela, e o corpo de baile de lagostins, ultrapassa a lotação média do São Luiz. A própria etimologia de *almoço* indica a raiz deste paradoxo. Segundo José Pedro Machado, deriva de *admordiu*, significando «bocado». Daí talvez, também, a mania portuguesa de usar as palavras «bocado» e «bocadinho» para dar a ideia de «granel», como é o caso na frase: «Ó Dona Alzira, ponha também um bocadinho de brócolos.» Dizer que os portugueses, quando almoçam, comem somente «um bocado» não é muito diferente de quem descreve a Etiópia como um país a sofrer de *larica*.

Outra autoridade, o Dr. António Gerardo da Cunha, dá origem verbal — *admordere* — significando «começar a morder». E depois de começar a morder... vem o resto. Na sua forma mais pura, a sequência alimentícia portuguesa é altamente complexa, confundindo tanto os estrangeiros como os accionistas da Diese. Começa com um *aperitivo*, para aguçar um dente que já está perfeitamente vampiresco desde o meio-dia. O aperitivo serve para camuflar a lendária bulimia nacional: como um veterinário que se desse ao cuidado de servir um *Martini* a um rafeiro já escanzelado da fome mais canina que há. Depois do aperitivo, como «a comidinha demora», pedem-se «umas coisinhas para petiscar». Os portugueses não petiscam *em vez* de almoçar: petiscam *porque vão* almoçar. Chegam então aquelas partes do porco que servem para a locomoção, para o olfacto e para a audição, todas elas recicladas num molhinho com pesados pêsames de alho e coentrada. Juntamente com uns queijinhos para «fazer boca», e umas azeitoninhas para fazer companhia, servem para «ir comendo». «Ir comendo», como já sabemos, *não*

conta como comer. A quantidade colossal de pão que se consome ao mesmo tempo — as chamadas «buchas» — também não conta, porque se destina a um fim essencialmente humanitário, que é «fazer a cama ao vinho».

A função da bucha é clara. Come-se uma bucha para fazer a cama ao vinho. Fica-se embuchado. Para desembuchar, bebem-se uns copos. Depois, como se beberam muitos copos, para não ficar embriagado, comem-se mais umas lecas para «ensopar» aquele vinho todo. E fica-se empastelado, criando novamente a imperiosa necessidade do vinho. É o que se chama, entre nós, um círculo delicioso.

Tecnicamente, os petiscos terminam quando principia a refeição propriamente dita (o «conduto»). Relembrando as lendárias palavras do português a quem perguntaram se era capaz de comer um cabrito inteiro — «só se for com muito pão». É sempre. Seja com o «pratinho» (equivalente a uma dose individual CEE), seja o «prato» (2 CEE), seja a «meia-dose» (3 CEE) seja a «dose» (o suficiente para alimentar, durante um fim-de-semana, a população inteira do Liechtenstein), *é sempre com muito pão.*

Em português, um «bom garfo» não é um garfo comprado no Braz & Braz, nem um «bom copo» se refere ao cristal *Atlantis*. Quem se alaparda à mesa é um herói, nesta terra onde a gordura é formosura e um gordo não é gordo, mas «forte». A esta força contrapõe-se a «fraqueza» de quem não come e toda a série de nomes que se chamam a quem é frugal na paparoca: debiqueiro, furão, lambisqueiro, languinhento, penisqueiro. Aqui, os que não respeitam os compromissos ráticos de demolição agro-pecuária são vistos como estranhos — são «esquisitos». Quem come pouco «passa por baixo da mesa» ou sofre de um vergonhoso tédio denominado «fastio».

Voltando à mesa, onde os convivas já entoiraram até aos colarinhos, não se julgue que o *almoço* terminou. Impõe-se agora — precisamente — uma sopinha (talvez de grão, certamente com massa). Para quê? — poder-se-á perguntar. Para «assentar». Os portugueses nunca comem ou bebem porque são hiperfagicamente gulosos — é sempre *para* qualquer coisa. É como se estivessem abnegadamente a servir os interesses e preceitos de uma antiquíssima e lusíssima «alimentação racional» — assim chamada porque recomenda que se coma *à razão* de dez carcaças de pão por cada carcaça animal. As batatas e a salada são, evidentemente, «à parte».

Depois dos petiscos para abrir o apetite, do conduto para dar força, do pão para fazer a cama, do arrozinho para ensopar e da sopa para assentar, vem a sobremesa para «tirar o gosto da sopa», a fruta para «desenjoar» e o bagacinho para «fazer a digestão». A comida em Portugal só não é para brincar. Para os franceses, é uma arte. Para nós, é canja.

E uma canjinha — não ia agora? Então isso é coisa que se pergunte?

1985

ARRANJAR

Em Portugal, como todos os portugueses sabem, é muito raro *conseguir* seja o que for. Em contrapartida, tudo se *arranja*. O *arranjar* é hoje a versão portuguesa do *conseguir*. É verdade que «Quem espera, sempre alcança», mas, como ninguém está para esperar, em vez de *alcançar* o que se quer, *arranja-se* outra coisa qualquer.

No fundo, é talvez por não se terem as coisas que elas se têm de *arranjar*. Não se tem tempo, mas *arranja-se*. Já não há bilhetes, mas conhece-se alguém que os *arranja*. Ninguém tem dinheiro, mas vai-se *arranjando* para o tabaco.

O próprio sistema político, económico, cultural, social estimula uma atitude para com o cidadão que se traduz pela expressão «*arranjem-se* como puderem». E o cidadão lá se vai *arranjando*. O mais das vezes, este apelo constante ao improvisto, à cunha e ao desenrascango leva aos piores resultados. A continuar assim, o país está *bem arranjado*.

Os cartazes que anunciavam a adesão à CEE não foram bem recebidos pela população, precisamente por terem empregado o verbo épico, mas arcaico: *Conseguimos*. Se tivessem dito antes, portuguesmente: *Arranjámos!*, a reacção teria sido muito mais anuente.

Do mesmo modo, erram os políticos que se empenham no processo de *arranjar* um presidente da república quando

dizem publicamente que «obtiveram» 46 ou 26 por cento. Seria muito mais natural dizerem: «Olhem! *Arranjámos* 46 por cento!» ou «Pronto, lá *arranjámos* os votos de que precisávamos para passar à segunda volta!»

Os cidadãos já têm sérias dificuldades em *arranjar* convicção suficiente para acreditar que os partidos sejam capazes de *arranjar* o mínimo indispensável (isto só para *arranjar* coragem para votar neles). Por conseguinte, tudo o que ultrapasse essa mesquinha meta está condenado ao insucesso. Mas ouvir dizer que se hão-de *arranjar* empregos e casas, ainda vai que não vai. O cidadão pergunta ao candidato, aproveitando-se abusivamente do facto deste desgraçado ter de se passear por entre o povo nos mercados e nas feiras: «Ouça lá, ó doutor Fulano, a gente não tem casa, não tem pão...» E o candidato responde, em tom sussurrante e só-nós-dois-é-que-sabemos: «Deixe lá, minha senhora, que isso há-de-se *arranjar*, isso há-de-se *arranjar*...»

Já quase ninguém diz, em privado, que se vai *conseguir* ou *obter* ou *alcançar* ou *garantir*. Já não colhe. Nos países estrangeiros ainda se acredita que se criem postos de trabalho. Em Portugal, *arranjam-se* empregos. Noutros países, é possível que se desenvolva a construção de habitações sociais. Aqui, *arranjam-se* casas. Ou melhor: *vê-se se se arranja*, na frase clássica: «Vê lá se me *arranjas* um convite; um namorado; um quilo de gambas; uma garrafinha de *whisky*; o gira-discos que está avariado; etcétera, etcétera...»

Em vez de fazer reparações propriamente ditas, *arranjam-se* as coisas até avariarem passado pouco tempo e precisarem outra vez de *arranjo*. Isto porque, em vez de se comprarem as coisas nas lojas autorizadas, *arranjam-se mais baratas* e frequentemente menos fidedignas.

Também em vez de arrumar e organizar as coisas que precisam de ser devidamente arrumadas e organizadas, dá-se-lhes,

simplesmente, *um arranjo*. Depois, são mais difíceis de encontrar porque «não estão *arranjadas* como eu queria». Até nas relações humanas, o círculo vicioso se verifica: em vez de viver plenamente as paixões, prefere-se um *arranjinbo*. Os *arranjinbos* são paixõezecas clandestinas, *arranjadas* para não fazer ondas.

Até as ideias se *arranjam*, em vez de se terem e de se pensarem, é como se os portugueses, em vez de se darem ao trabalho de usar a cabeça, se limitassem a *arranjar o cabelo*.

A vitamina A portuguesa, cura temporária para todos os males, é o *Arranjismo Nacional*. *Arranja-se* uma receita para *arranjar* o remédio para quem *arranjou* uma constipação. Ou então pede-se simplesmente a alguém: «*Arranja-me* uma aspirina? Olhe, e já agora, *arranjava-me* também um copo de água?»

Embora não haja verbo mais saliente em Portugal, mais multivalente e conveniente, existe um bom argumento para disputar essa nacionalidade. O verbo *arranjar*, vitamina A de todas as conversas, pedidos de cunhas e preguiças linguísticas, é talvez o galicismo mais bem-sucedido e implantado dos nossos dias. No sentido que lhe dão os franceses (*arranger*, de *rang*), é tipicamente pouco usado, mas é abusado em todos os outros sentidos que os franceses nunca lhe deram. O Dicionário de Vieira garante-nos, também, que os clássicos nunca usaram a palavra.

De qualquer modo, uma boa maneira de se distinguir entre *arranjar* e *conseguir* qualquer coisa é ver até que ponto o primeiro pode ser substituído pelo segundo. Quando ficar ridículo («Alcancei dois bilhetes para a estreia!» ou «Não me obténs qualquer coisinha para comer?») é porque se trata de puro *arranjismo*.

E nunca, nunca se cometa a tropelia de associar o verbo mau (*arranjar*), que é preciso combater, ao verbo bom (*conseguir*) que é preciso defender.

Quem diz «consegui *arranjar*», seja o que for, está a vangloriar-se do que é tão vão que não chega a ser glória vã.

Enquanto tudo se continuar a *arranjar*, nada se há-de *conseguir* em Portugal. O mercado dos *arranjos*, dominado por uma multidão imensa de *arranjiistas* e *arranhões*, é o maior e está mais bem implantado que qualquer mercado negro. Para sair da mentalidade viciosa do *arranjismo nacional*, é preciso que cada português comece a distinguir entre *arranjar* e *conseguir*. *Arranjar* é obter algo por razões alheias ao mérito próprio e à justiça das circunstâncias — e logo representa tudo o que o *conseguir*, leal e esforçado, não é? O *arranjismo* pode ser um reflexo do subdesenvolvimento mas também é ao mesmo tempo o principal motor dele. Assim como não se *arranjou* chegar à Índia, ou acabar com a pena de morte, ou escrever *Os Lusíadas* ou a *Mensagem*, ou qualquer das outras coisas boas que os portugueses *conseguiram* fazer, sem truques ou manigâncias ou espertezas saloias, também não se há-de *arranjar* sair deste poço cultural em que caímos. *Arranjar* é próprio de um país miseravelmente possível («Desculpem, mas não foi possível *arranjar* mais...»). É preciso começar a *conseguir* as coisas, seja com que dificuldade for. Senão, Portugal chegará a um ponto em que nem *arranjo* há-de ter.

1986

BEBIDAS

As coisas em que Portugal ocupa, entre as nações todas do mundo, o primeiro lugar não são tão poucas como se julga. Segundo um estudo recentemente divulgado pelo sempre-melhor *Diário Popular*, Portugal está em primeiro lugar na mortalidade masculina por cirrose hepática. Como as mulheres não souberam acompanhar os homens nesta tentativa de pôr o país inteiro no *Guinness*, Portugal apenas conseguiu o *segundo* lugar na tabela que contempla a população em geral.

Os portugueses bebem muito. As portuguesas não bebem muito — bebem apenas bastante. Segundo as estatísticas, há hoje 282 320 homens alcoólicos em Portugal. O número é fácil de decorar porque parece um número de telefone da zona de Cascais (28-23-20). Quanto às mulheres, o número é menos redondo. Cifram-se em 112 306. As seis do último dígito, qualquer pessoa conhece pessoalmente. As restantes 112 mil e trezentas alcoólicas, que davam para encher o Estádio da Luz e o Estádio Nacional, são um pouco mais difíceis de identificar.

Os números são chocantes. Ao todo são 394 626 alcoólicos, ou seja, 4 por cento da população. Significa isto que, em cada 25 portugueses, um é alcoólico. Num jogo de futebol, disputado nos tais estádios, é quase certo que das 25 pessoas em campo uma delas se meta gravemente nos copos. E é quase de certeza um fiscal de linha.

Acredita-se facilmente nesta estatística de 1 alcoólico em 25 portugueses. Já é mais difícil acreditar que nenhum dos restantes 24 portugueses o não seja. Pelo menos, um bocadinho. Por outras palavras, se os 282 320 homens são reconhecidamente alcoólicos, quem poria as mãos no fogo acerca dos outros 4 460 204 anjinhos? Haverá realmente quatro milhões e meio que o não sejam de todo? O número parece excessivamente elevado.

No que respeita ao consumo de álcool puro por habitante, Portugal ocupa o terceiro lugar a nível mundial, passando facilmente à frente de quase todos os países desenvolvidos do mundo (*Vive la France!*) e de *todos* os países subdesenvolvidos. Por cabeça, bebemos anualmente 80 litros de vinho e 43 litros de cerveja. Isto parece pouco. Basta beber 2,5 decilitros de vinho ao jantar e menos de uma *Mini* de cerveja ao almoço. Isto parece significar que o resto do mundo anda a beber muito pouco. E que o problema, por conseguinte, *é mais deles do que nosso*.

Se atendermos ao facto dos tais 394 626 alcoólicos beberem muito mais que uma *Mini* e uma garrafinha pequenina de Camilo Alves por dia, vemos que o resto da população *ainda bebe menos do que isso*. Beber vinho, diz o ditado, dá trabalho a um milhão de portugueses. Bebendo afinal tão pouco, compreende-se porque é que há tantos desempregados.

Vamos supor que um alcoólico bebe dois litros de vinho e um litro de cerveja por dia. Sendo quase 400 mil a despachar diariamente estas quantidades, oito vezes superior à média, percebe-se porque é que fica tão pouquinho para os outros. Quase não dá para apaladar o molho de um bife.

Como se pode beber afinal *tão pouco* em Portugal? A única solução possível é aquela que não contemplam as estatísticas. Centenas de milhares de portugueses, organizando-se

secretamente para não ficar malvistos nos relatórios anuais da Organização Mundial de Saúde, furtam-se ao vinho e à cerveja e vingam-se a valer no *whisky*, no anis-escarchado e no *Brandy*. Os contabilistas da OMS vão lá lembrar-se de andar a contar as cabeças no que toca ao *Brandy*...

No que toca à distribuição por distritos, os alcoólicos portugueses tendem a aglomerar-se em Vila Real, Guarda e Leiria (onde são mais do que 5 por cento da população) e parecem evitar a todo o custo os distritos menos animados, com realce para Beja, Faro e Portalegre, onde são muito mais difíceis de encontrar (apenas 2,4 por cento). São questões de ambiente. À medida que se forem divulgando estes dados estatísticos, é natural que os desequilíbrios distritais aumentem. Se eu fosse um alcoólico em Beja, sentir-me-ia um bocado sozinho, condenado a procurar os outros 1,4 de convivas alcoólicos entre uma quase centena de «caretas». Imigrava imediatamente para Vila Real, Viseu, Guarda ou Leiria.

Diz a campanha da televisão agora em curso que «o álcool é a diferença entre a vida e a morte». Qualquer alcoólico concordaria. Sem álcool, a vida parecer-se-ia tragicamente com a morte. Por alguma razão se diz: «Estou a morrer de sede por um *gin* tónico.» O álcool dá vida à vida. Ou, como diz a *Martini*: «Convida a viver.» Recusar um copo é parecido com dizer: «Então está bem» à morte. O álcool é decididamente a diferença entre este mundo e o outro.

Que seria dos portugueses sem os seus 80 litros de vinho e 43 litros de cerveja por ano? Que valeria a vida deles sem aquele consolo? Pouco mais do que o preço de depósito do vasilhame. (A 20\$00 por cada garrafa de vinho e 7\$50 por cada garrafinha de cerveja, isto daria pouco mais que dois contos de réis.)

Estas estatísticas de consumo (à parte a percentagem de alcoólicos, que é realmente preocupante, porque irrealmente

baixa) impressionam os estrangeiros. Os cento e tais países que bebem menos do que nós põem-se logo com uma insuportável cara-de-caso e tiram conclusões desagradáveis, do tipo: «Os portugueses são os terceiros maiores bêbados do mundo.» Ora, nenhum português deve aceitar este insulto. Imagine-se um finlandês, um irlandês ou um soviético a achar-se bastante menos borracho do que nós. Não pode ser. As estatísticas ocultam um dado essencial, que é a quantidade que se bebe *durante e fora das refeições*. Os portugueses bebem quase todo o vinho, e boa parte da cerveja, como parte integrante das suas refeições. É uma forma de estar à mesa, um complemento líquido indispensável, um alimento nutritivo como qualquer outro.

As nações espertalhonas, que «ficam bem» nas estatísticas, bebem água, leite ou algum refrigerante infecto às refeições e depois na sexta-feira à noite apanham pelas de paralisar os neurónios. São mais «bêbadas» do que nós. Para um português, engrossar-se é sempre um pouco vergonhoso. Para certos outros cidadãos, de países que me dispenso de mencionar, a bebedeira pode até constituir o objectivo principal da noite. Engatam-se as estatísticas todas. O portuguesinho lá vai bebendo os seus três decilitros por dia, regradamente, para molhar os carapaus ou o entrecosto, e ao fim do ano lá vem chapado na lista da OMS, com um *per capita* assustador de 80 litros. Os estrangeiros só bebem quando o rei faz anos, mas é aos três e quatro litros, em jejum, de cada vez. Safam-se nos cálculos anuais, mas embebedam-se muito mais.

Esta observação leva a outro dado vital que as estatísticas ocultam. É a taxa de *aguentança*. O português «aguenta» bem o álcool. Bebe uma garrafa de vinho branco ao almoço e fica como novo. O estrangeiro bebe dois copos e estatela-se inerte no chão. Comparem-se as figuras que fazem. Mas

quem se lixa nas estatísticas? Quem é? É o pobre português. Não está certo.

Levando em conta o factor-refeições e o factor-aguentanço, Portugal ocuparia um lugar mais justo nas tabelas internacionais de copos. Só um alcoólico o negaria.

1986